

**SONEGAÇÃO
FAZ MAL À SAÚDE
E À EDUCAÇÃO**

AduSP
INFORMATIVO
Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

DÚVIDA NA NEGOCIAÇÃO

Cruesp tergiversou ou desconversou?

Finalmente o Cruesp retomou, em 21/9, suas reuniões com o Fórum das Seis. Cabe lembrar que, em 18/6, interrompeu-se a discussão de uma pauta extensa: 1. Salários; 2. Políticas de permanência estudantil (gratuidade ativa); 3. Acordo de não punição de estudantes e trabalhadores que realizaram greve e/ou ocupação (incluído por solicitação do Fórum no início daquela reunião); 4. Terceirização e precarização do trabalho; 5. Hospitais Universitários; 6. Manutenção e aprofundamento do vínculo entre o Centro Paula Souza e a Unesp; 7. Decreto Declaratório nº 1.

O Fórum das Seis insistiu, inutilmente, entre as reuniões de 18/6 e 21/9, para que fosse definido um calendário para a continuidade das negociações. Afora isso, o Cruesp também não cumpriu os demais compromissos assumidos anteriormente, isto é, as reuniões das comissões técnicas, seja para o acompanhamento da arrecadação do ICMS, seja para o estabelecimento de tratamento isonômico nas três universidades.

Intimidação

Na reunião com o Cruesp de 21/9, o Fórum das Seis questionou inicialmente o ofício de 15/8, cujo teor sugeria que todos os assuntos da pauta pendente já haviam sido encaminhados. O presidente do Cruesp respondeu tratar-se de um documento “objetivo”, que apenas informava a compreensão dos reitores sobre cada um dos itens da pauta.

Iniciada a discussão sobre o “Acordo de não punição a estudantes e trabalhadores que realizaram greve e/ou ocupação”, o Cruesp alegou que não havia qualquer iniciativa de punição, mas apenas comissões para apurar eventuais danos ao patrimônio das universidades.

Em resposta, o Fórum afirmou que havia, sim, medidas intimidatórias em curso, sobretudo na USP e na Unicamp, e instou o Cruesp a assumir um compromisso, por escrito (nos moldes do elaborado na USP ao final da ocupação dos estudantes). Argumentou que o movimento e, em especial, as ocupações se constituíram em atos de desobediência civil, responsáveis por tornar efetivamente de conhecimento público o ataque frontal desfechado pelo governo do Estado à autonomia universitária. O reitor da Unesp não concordou com essa proposta, mas o Fórum solicitou que o Cruesp repensasse a questão, a ser rediscutida em ocasião próxima.

Salários

Sobre a questão salarial, o Fórum ressaltou que a arrecadação do ICMS mostra que haverá folga orçamentária para atender à reivindicação de parcela fixa de R\$ 200 a ser incorporada aos salários de forma proporcional aos regimes de trabalho. (ver matéria na página 4).

O Fórum questionou o Cruesp sobre os compromissos assumidos de realizar estudos sobre impactos da parcela fixa na carreira e, em especial, sobre a pró-

pria disposição de implementar tal parcela. O presidente do Cruesp reiterou que essa proposta está condicionada àqueles estudos, mas não deu maiores detalhes. De nossa parte, temos claro que é perfeitamente possível atender essa reivindicação sem destruir as estruturas de carreira (ver matéria na página 4).

Novas reuniões

A pressão do Fórum fez com que o resultado mais palpável dessa conversa de 21/9 fosse o agendamento de duas reuniões técnicas em 10/10 e 24/10, para tratar dos temas “políticas de permanência estudantil” e “desenvolvimento da arrecadação do ICMS”, respectivamente. Nova rodada de negociações entre Fórum das Seis e Cruesp ficou marcada para 31/10.

Andes contra a precarização do trabalho docente

Na semana de 15 a 20/10, o Andes-SN estará implementando, no Brasil todo, atividades relacionadas à Semana Nacional em Defesa da Qualidade na Educação Pública, Autonomia Universitária e Contra a Precarização do Trabalho Docente. A seção regional São Paulo vem realizando reuniões quinzenais para organizar as atividades nas diferentes seções sindicais do Estado de São Paulo.

As universidades estaduais paulistas sofreram uma tentativa de forte ataque à sua autonomia, e a luta em sua defesa e do ensino público não pode diminuir nesta conjuntura. Os do-



Reunião de 21/9 entre o Fórum e o Cruesp, em Campinas

Andamento da ação do Gatilho

Os dois aspectos tratados com a Reitoria mais recentemente dizem respeito à lista de beneficiários e ao cálculo do montante devido em função de gatilhos não pagos ou pagos em atraso em 1987. A questão da incorporação dos 32,96% será discutida após o encaminhamento destes dois itens.

Quanto à lista, estamos trocando informações com a Reitoria com o objetivo de chegarmos a um acordo. Com relação ao cálculo da dívida de 1987, a Adusp entregou uma planilha ao juiz em 4/9.

Para que a ação seja finalizada a contento, espera-se contar com a disposição da Reitoria. Afinal, 20 anos é um tempo muito longo para esperar que uma lei seja cumprida.

MST protesta na Alesp contra projeto de Serra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou protesto (foto), em 26/9, contra projeto de lei do governador José Serra (PSDB) que prevê a regularização de propriedades acima de 500 hectares no Pontal do Paranapanema, região de conflito entre grandes proprietários rurais e trabalhadores sem-terra. O PL 578/07 deve beneficiar grileiros, que se apropriaram de áreas devolutas.

A manifestação teve início com uma passeata: 450 militantes do MST deslocaram-se do prédio do Inera em São Paulo — que haviam ocupado três dias antes, como parte do protesto nacional dos sem-terra contra a inoperância do governo federal em matéria de reforma agrária — até a Assembléia Legislativa (Alesp), onde foi realizado

um ato no auditório Franco Montoro, com a participação dos deputados Raul Marcelo (PSOL) e Simão Pedro (PT).

“O projeto tem dois objetivos principais: pacificar os conflitos e arrecadar terras para a reforma agrária no curto prazo”, declarou à agência Repórter Brasil o procurador José Milton Garcia, que participou da redação do PL 578/07. Para obter títulos definitivos das propriedades, seus ocupantes deverão ceder ao Estado entre 15% e 25% das terras. Mas também podem optar pelo pagamento do preço da gleba que seria revertida ao Estado. Os recursos assim arrecadados seriam aplicados em um fundo de apoio aos assentamentos locais. O deputado Mauro Braga (PSDB) considera que o PL é a única forma de resolver por consenso a disputa fundiária no Pontal.

“Excepcional papel”

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, considera que o MST está cumprindo “o excepcional papel de mostrar que o Estado não cumpre a lei”. Para ele, o MST surgiu na região do Pontal exatamente em função da existência das terras devolutas.

“A primeira dimensão do problema”, comenta o professor, “envolve a teimosia dos governos estaduais, desde Franco Montoro, que, ao invés de fazerem cumprir a Constituição Federal, que manda destinar terras devolutas para a reforma agrária, insistem em criar legislações estaduais para tentar legalizar um quadro que é típico de grilagem de terras públicas no Pontal”.

Ele faz questão de frisar que as terras devolutas são



Douglas Mansur/MST

“terras públicas não discriminadas”, e que a jurisdição maior sobre elas é do Estado, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. “Estamos falando do Pontal porque ele concentra essas terras, mas elas existem em outras regiões do Estado também, por exemplo, no Vale do Ribeira”. No Brasil, acrescenta, as terras devolutas somam 162 milhões de hectares.

Cláudia Praxedes, da direção estadual do MST, declarou ao *Informativo Adusp* que representantes do movimento foram recebidos em 24/9 pelo secretário de Justiça, Luiz Antonio Marrey. Segundo ela, porém, o governo se mostrou inflexível: “Eles disseram claramente que não vão mexer no projeto, vão botar para ser aprovado”. Diante disso, o MST manterá a mobilização.

Passeata exige saída do reitor em Santo André

Estudantes e professores do Centro Universitário da Fundação Santo André realizaram uma passeata, em 22/5 (foto), para exigir que o reitor Odair Bermelho deixe o cargo. Ele é considerado o principal responsável pelo violento episódio de 14/9, quando a Força Tática da Polícia Militar desalojou 300 alunos que ocupavam a reitoria da instituição (*Informativo Adusp* 244). A atuação dos PMs foi tão grave que o oficial que comandou a ação foi afastado para investigação. Na ocasião, os estudantes protestavam contra o aumento das mensalidades, que chegaria a 126% em alguns cursos de humanidades.

Estava prevista para 28/9 reunião do Conselho Diretor da instituição. A pedido de Bermelho, o promotor Air-



ton Grazioli, da Promotoria de Fundações da Capital, cedeu uma sala do Fórum João Mendes para a reunião do Conselho Diretor. Questionado, o promotor informou a uma professora que o reitor alegou que os estudantes estavam ameaçando “jogar uma bomba” na reunião.

Está circulando um abai-

xo-assinado entre professores universitários, apoiando a luta de professores e estudantes e manifestando repúdio à atitude da Reitoria. De acordo com o texto, que recebeu a adesão de vários docentes da USP, “o tempo do arbítrio, quando questões sociais eram tratadas como caso de polícia, já passou”.

Unicamp “ressuscita” Decreto 477

Sob acusações de “algazarra”, “indisciplina”, “desobediência” e “má conduta”, nove estudantes da Unicamp prestaram depoimento, no dia 17/9, em um processo disciplinar sumário, aberto por decisão de uma sindicância da Reitoria que investiga supostos danos ao patrimônio no prédio da Diretoria Acadêmica, ocupado pelo movimento estudantil entre os dias 18 e 29/6.

“Está acontecendo uma tentativa de limar o movimento estudantil, de escolher alguns para punir de forma exemplar”, protesta Mariana Martins, diretora do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unicamp. Ela rebate as acusações feitas aos estudantes: “A ocupação aconteceu no bojo da luta pela autonomia, em nenhum momento pen-

samos em atacar a universidade. Pelo contrário: o que promoveu a algazarra foram os decretos do Serra”.

“Algazarra”, “indisciplina”, “má conduta” são infrações previstas pelo artigo 227 do Regimento Geral da Unicamp, nos incisos III e IV. Para Mariana, o código disciplinar da Unicamp “data da época da Ditadura e é muito semelhante ao Decreto-Lei 477, usado pelo regime militar para reprimir o movimento estudantil”. Nele, alguns artigos sobre a condução do “processo sumário” são quase idênticos aos do Decreto-Lei 477, de 1969.

Terminado o processo de apuração, caberá ao Reitor decidir se aplicará punições, como expulsão, designada no Regimento como “eliminação definitiva”!

No IFSC, desprecarização só parcial

Na 6ª Etapa do programa de concursos públicos para desprecarização na USP inscreveram-se somente 11 dos 20 docentes em regime precário lotados no Instituto de Física de São Carlos (IFSC). O resultado difere bastante do que foi observado no restante da universidade. Enquanto no IFSC o número de precários inscritos representa 55% do total, no cômputo total da USP esse índice foi de 95%.

Nos dois departamentos que compõem o instituto, a procura pelo programa também foi desigual. No Departamento de Física e Ciências dos Materiais (FCM), só dois dos 9 professores “precários” aceitaram participar dos concursos, enquanto no Departamento de Física e Informática (FFI) inscreveram-se 9 professores, em um total de 11 “precários”.

Normas departamentais

O professor Francisco Alcazar, chefe do FCM, atribuiu a baixa procura pelo programa a um conjunto de normas “aprovado já há algum tempo no conselho do departamento”, que estabeleciam “o que mais ou menos se esperava dos docentes ‘precários’, que culminava com a livre-docência, em um período de seis anos”. Segundo o professor, “essa cultura no departamento fez com que as pessoas sempre pensassem na efetivação depois da livre-docência, então as pessoas se sentem constrangidas em prestar o concurso sem ser livre-docentes”. O diretor do IFSC, professor Glaucius Oliva, tem a mesma avaliação: para ele, “muitos optaram por não fazer a efetivação por este histórico departamental”.

Alcazar chega a considerar o fenômeno positivo: “É um sinal de maturidade dos nossos docentes, querem entrar no concurso em condições de imbatibilidade”. A professora Débora Gonçalves, docente que não se inscreveu no programa, apre-

sentou ao *Informativo Adusp* uma justificativa semelhante: teria decidido “fazer primeiro o concurso de livre-docência, para ter mais segurança”.

Insegurança

Porém, outros docentes apresentam causas diferentes para a baixa participação. É o caso do professor Esmerindo Bernardes, que representa os docentes do IFSC no Conselho de Representantes da Adusp. Ele também está entre os precários que não se inscreveram: “A maioria ficou insegura sobre como seria conduzido o processo: devido à ausência de informações, ninguém quer pôr seu cargo à disposição sem ter uma garantia”, afirma.

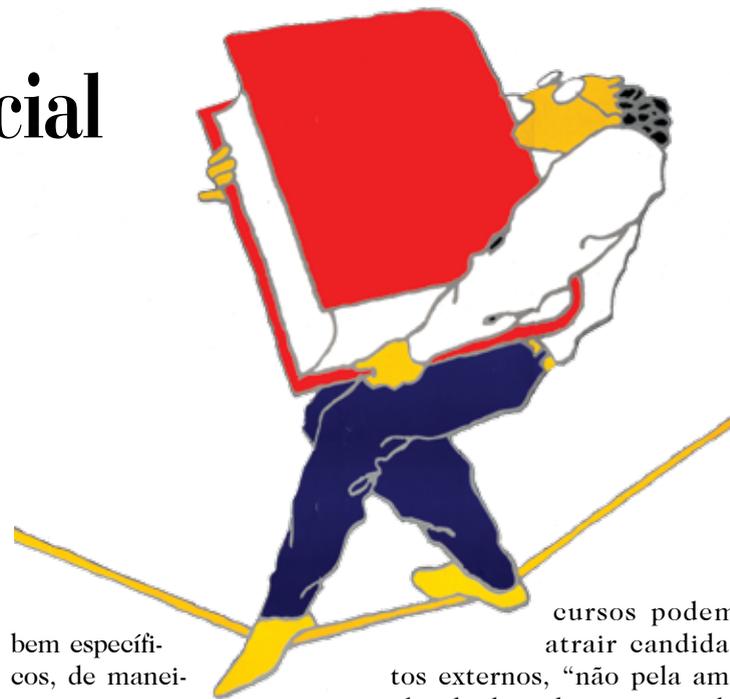
Ele acrescenta que “em muitos casos isso poderia ser uma forma de substituição de

docentes: suponha que você seja um professor precário indesejável para algum grupo, em um concurso desses você pode ser excluído”.

O chefe do FCM rebate a crítica. “Não houve nenhum problema de esclarecimento sobre o procedimento”, diz Alcazar. “O que eu não fiz, e nem poderia fazer, é dizer para um professor que poderia pedir abertura de concurso, que seria com o CIC e RG dele”, afirma o chefe do FCM.

Candidatos externos

Outro precário que preferiu não se inscrever é o professor Paulo Miranda, para quem o modo como os concursos são conduzidos pode atrair muitos concorrentes de fora da instituição. “Normalmente esses concursos de efetivação são



bem específicos, de maneira a minimizar o número de inscritos externos, mas aqui no departamento ficou decidido que não seria esse o formato”, revela Miranda, “então a maioria de nós decidiu esperar um momento mais adequado da carreira”.

O diretor Glaucius Oliva também acredita que os con-

ursos podem atrair candidatos externos, “não pela amplitude dos editais, mas pela existência de competição”. Para ele, “há muitos doutores sem emprego, com excelentes currículos”.

A Adusp reafirma que a situação de insegurança a que estão submetidos esses colegas é de responsabilidade da universidade.

Protesto contra renovação automática de concessões de TV

No dia 5/10, vencem diversas concessões de televisão em todo o país, entre elas as outorgas das cinco emissoras próprias da Rede Globo, que estão situadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife. Importantes movimentos sociais preparam-se para realizar, nessa mesma data, um grande protesto nacional, na tentativa de evitar que o Congresso Nacional renove automaticamente essas concessões, sem usar critérios transparentes e sem discutir a outorga com a sociedade.

Participam da campanha pelo controle social das concessões de rádio e televisão a Coordenação de Movimentos Sociais (que reúne CUT, UNE, MST, Central de Movimentos Populares-CMP, Marcha Mundial das Mulheres, entre outras entidades), a Coordenação Nacional de Ar-

ticulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e outras entidades do movimento negro, bem como grupos que lutam pela democratização da comunicação: Intervezes, Campanha pela Ética na TV, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

“No Brasil, o modelo de concessões de rádios e TVs é uma verdadeira terra sem lei. Imperam interesses privados: os empresários reinam sozinhos, ditam regras e não cumprem o que manda a Constituição Federal”, afirma o Intervezes. “Entre outras questões, não há participação da sociedade no debate sobre outorga e renovação das concessões, que acontecem sem respeito a critérios públicos. Os processos são lentos, pouco transparentes e não existe qualquer fiscalização por parte do poder público. Somados,

estes ingredientes tornam possível o funcionamento de emissoras com outorgas vencidas há quase 20 anos”.

Quilombolas e TV Globo

A Conaq convocou, em carta aberta, um boicote à TV Globo e um “Dia Nacional de Repúdio” à emissora, em razão dos ataques que vem sendo desfechados contra os quilombolas, segundo ela sem oportunidade de resposta. “A nossa proposta é que o próximo dia 5/10 fique marcado pela manifestação ‘GLOBO, A GENTE NÃO SE VÊ POR AQUI!’, que irá expressar a indignação dos movimentos sociais criminalizados, direta ou indiretamente, por essa emissora. Nós, quilombolas, estamos vivenciando, como outros movimentos, uma investida da Rede Globo com matérias que negam a nossa identidade étnica e contra o decreto

4887/03, que regulamenta o processo de titulação dos territórios de quilombos”.

A entidade questiona, na carta aberta, o “jornalismo da Rede Globo, pois possui uma postura tendenciosa a serviço das oligarquias, cujos interesses sempre entram em conflito com os interesses das classes populares”, bem como a “formação da opinião pública dessa mídia, já que essas matérias acabam contribuindo para um maior desconhecimento da luta dos quilombolas e de outras lutas, desarticulando os diversos movimentos”.

A Conaq questiona, ainda, a eficiência do controle do poder público e da sociedade sobre a atuação da emissora.

Os participantes da campanha pelo controle social das concessões de rádio e televisão esperam que o protesto de 5/10 sensibilize o Congresso Nacional.

ICMS mantém crescimento

O crescimento médio do ICMS, acumulado até o mês de agosto/07, está 13,1% acima do arrecadado no mesmo período de 2006, um percentual significativamente superior ao reajuste de 3,37% que recebemos em maio. Há muito espaço, portanto, para discutirmos agora a parcela fixa do reajuste salarial.

Acréscimo orçamentário

O comunicado nº 3 do Cruesp, em 6/6/07, divulgou sua proposta adicional ao Fórum das Seis:

“Caso a arrecadação anual do ICMS ultrapasse o valor de R\$ 43,62 bilhões, os recursos adicionais, a partir desse valor, transferidos às Universidades serão utilizados da seguinte forma:

- 75% para o pagamento de parcela fixa
- 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão, e
- 5% para a assistência estudantil”.

Note-se que o orçamento das Universidades baseou-se na previsão do governo de uma arrecadação de R\$ 43,25 bilhões. A decisão do Cruesp de usar um patamar de 43,62 a partir do qual calcularia a parcela fixa para salários, abre a possibilidade dos reitores poderem dispor de aproximadamente 370 milhões não orçados inicialmente.

O Fórum das Seis defende que daquilo que ultrapassar o que estava orçado (R\$ 43,250 bilhões), 88% sejam destinados para a parcela fixa, 10% para custeio e investimentos e 2% para ampliar o recurso para políticas de permanência estudantil (que é contabilizado na parcela de custeio e investimento, que também estaria recebendo a fração adicional de 10%).

Arrecadação

De qualquer modo, usando-se o crescimento consolidado do ICMS nos últimos 8 meses (13,1%), pode-se projetar uma arrecadação de R\$ 45,3 bilhões para 2007.

Mesmo que apenas se repita a apuração nominal de julho para os próximos 4 meses do ano, teríamos um total de R\$ 44,7 bilhões. Ou seja, há um espaço enorme para definir a parcela fixa para os salários.

A reunião com o Cruesp no dia 21/9 foi bastante preocupante. Os Reitores demonstraram sinais evidentes de que estariam pretendendo descumprir a proposta que eles mesmos apresentaram

em junho/07. Dia 31/10 teremos nova rodada de negociações e é indispensável que o nosso movimento lá esteja, demonstrando seu vigor e determinação em defender nossas reivindicações.

A parcela fixa destrói a carreira dos funcionários?

Na última reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp (21/9/07), os reitores reapresentaram argumentos contra a parcela fixa, que já haviam sido contestados e, aparentemente, ultrapassados, nas reuniões de maio e junho. Cabe lembrar a parte da reivindicação do Fórum das Seis de parcela fixa:

1. Para os docentes, conforme a tabela a seguir:

Regime de Trabalho	Parcela Fixa (em R\$)
RTP	200/5,7691 = 34,67
RTC	200/2,2727 = 88,00
RDIDP	200,00

2. Para os funcionários técnico-administrativos, incorporação de R\$ 200 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa correspondente à razão entre a jornada em questão e a jornada integral.

No caso dos docentes, o Cruesp não tem argumentos, pois os coeficientes (5,7691 e 2,2727) correspondem à relação entre os salários-base dos regimes de trabalho, em todos os níveis da carreira, oriundos de resolução do Cruesp. Para os funcionários, alegam que a parte fixa criaria problemas com a carreira. Como veremos a seguir, a resposta à pergunta do título é um enfático **não**.

Atualmente, o degrau correspondente à mudança de uma referência na carreira dos funcionários técnico-administrativos é de 5%. Por quê 5% e não 6%, ou 4,8% ou 3,5%? Não parece haver nada de mágico no número 5. O degrau na mudança de referência – interstício – precisa ser constante? Por quê não poderia variar com o nível da carreira?

Se S é hoje o salário-base de um certo nível da carreira, o da próxima referência será $1,05S$ (correspondente a um degrau de 5%). Se F é uma parcela fixa em reais, que será adicionada aos salários-base em jornada integral, o novo reajuste entre degraus sucessivos da carreira é dado pela função:

$$I_F(S) = \frac{1,05S + F}{S + F}$$

Na realidade, a aplicação da proposta do Fórum das Seis faz com que, num mesmo movimento, quem ganha menos tenha reajuste maior, enquanto aqueles com salário maior terão um degrau maior quando progredirem na carreira.

Uma preocupação é se a parcela fixa ocasionaria colapso entre as referências. Pois bem, todas as funções $I_F(S)$ são estritamente crescentes, isto é, para salários maiores seu valor é maior; e para valores muito grandes de S , o valor

de $I_F(S)$ aproxima-se cada vez mais de 1,05, isto é, dos 5% originais.

Para melhor compreensão, daremos um exemplo, considerando uma parte fixa $F = R\$ 200$. Faremos as contas para alguns níveis hipotéticos com salários de R\$ 800, R\$ 1.000, R\$ 2.000, R\$ 3.000 e R\$ 5.000. Como mostrado na tabela a seguir, tendo em vista os salários praticados nas universidades, os degraus entre as referências variará entre cerca de 4% e os atuais 5%.

Níveis hipotéticos	Salário Base (A)	Salário + 200 (B)	Reajuste (B)/(A)	Degrau entre níveis
"A"	800	1000	25%	
"A+1"	840	1040	23,81%	4%
"B"	1000	1200	20%	
"B+1"	1050	1250	19,05%	4,17%
"C"	2000	2200	10%	
"C+1"	2100	2300	9,52%	4,55%
"D"	3000	3200	6,67%	
"D+1"	3150	3350	6,35%	4,69%
"E"	5000	5200	4%	
"E+1"	5250	5450	3,81%	4,81%

Outra questão refere-se à parcela fixa para as jornadas parciais. Considere um certo nível da carreira, cujo salário para a jornada integral seja S . O funcionário que trabalha 30 horas receberia $\frac{3}{4}S$, ou seja, 75% do salário de jornada integral. A proposta do Fórum é que a parcela fixa a ser adicionada ao salário base desse mesmo funcionário seja de $\frac{3}{4}F$. Logo, estudando o degrau entre essa e a próxima referência, teríamos o quociente entre $[(1,05) \frac{3}{4}S + \frac{3}{4}F]$ e $[\frac{3}{4}S + \frac{3}{4}F]$, que resulta num valor que não depende dos $\frac{3}{4}$! De modo mais formal, podemos reescrever o degrau, em termos genéricos, com a (ao invés de $\frac{3}{4}$) e teríamos:

$$I_{aF}(aS) = \frac{1,05aS + aF}{aS + aF} = \frac{a(1,05S + F)}{a(S + F)} = \frac{1,05S + F}{S + F} = I_F(S).$$

O significado prático desta expressão, como ilustrado acima, é que o degrau independe da jornada e será o mesmo para aqueles em jornada integral de 40 horas.

Está claro que a alegação de “destruição da carreira dos funcionários” não tem fundamento. A proposta de parte fixa incorporada ao salário base elaborada pelo Fórum das Seis é racional e exequível, e diminui as diferenças salariais e as desigualdades no interior da universidade, sem arrocho salarial. Com a palavra o Cruesp.